



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO"
Av. Bolívar, 363 - C. Postal 004 - Cianorte
Fone: (44) 3635-1327 - Fax: 3635-1380
CEP: 87225-000 - E-MAIL: pmj@japurá.pr.gov.br e/ou licit@japurá@gmail.com
Japurá - Estado do Paraná

LEI Nº 041/2025

DECLARA INSERVÍVEL E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR VEÍCULOS, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS PESADOS MEDIANTE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEGISLAÇÃO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE:

L. E. I.

- Art. 1º** - Declara inservível os veículos e equipamentos pesados de propriedade do Município de Japurá e o autoriza a realizar a venda destes, mediante Licitação na modalidade Leilão Público, pelo valor mínimo atribuído pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis do Município de Japurá, conforme descrito abaixo:
- a. **MARCA/MODELO:** FORD/CARGO 1317 CN, cor prata, ano de fabricação 2011, ano modelo 2012, diesel, placas AVJ0962, chassi 9BFXEAEU9CB98449, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 67.806,00 (sessenta e sete mil, oitocentos e seis reais);
- b. **MARCA/MODELO:** RENAULT MASTER MART L3, cor branca, ano de fabricação 2018, ano modelo 2019, diesel, placas BCO 1482, chassi 93YMAFEXCKJ475600, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 97.461,00 (noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais);
- c. **MARCA/MODELO:** FIAT DUCATO MC TCA MIC, cor branca, ano de fabricação 2016, ano modelo 2017, diesel, placas BBO 7680, chassi 93W245H3RH2161166, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 65.935,20 (sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos);
- d. **MARCA/MODELO:** Ambulância RENAULT MASTER REVES A, cor branca, ano de fabricação 2018, ano modelo 2019, diesel, placas BCS 0J67, chassi 93YMAFEXAKJ615149, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 44.112,40 (quarenta e quatro mil, cento e doze reais e quarenta centavos);
- e. **MARCA/MODELO:** Volkswagen GOL 1.0L MC4, cor branca, ano de fabricação 2018, ano modelo 2019, flex, placas BCK 3134, chassi 9BWAG45UXKTO39415, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 21.994,20 (vinte e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos);
- f. **MARCA/MODELO:** Volkswagen GOL 1.0L MC4, cor branca, ano de fabricação 2018, ano modelo 2019, flex, placas BCK 3086, chassi 9BWAG45U7KT018196, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 21.994,20 (vinte e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos);
- g. **MARCA/MODELO:** CITROEN AIRCROSS M FEEL, cor branca, ano de fabricação 2016, ano modelo 2019, flex, placas BAY 3643, chassi 93SUNFNH1HB516949, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 29.707,20 (vinte e nove mil, setecentos e sete reais e vinte centavos);
- h. **MARCA/MODELO:** FIAT PALIO ATTRACT 1.4, cor branca, ano de fabricação 2015, ano modelo 2016, flex, placas BAA 2599, chassi 8AP19627MG4141232, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 22.860,60 (vinte e dois mil, oitocentos e sessenta reais e sessenta centavos);
- i. **MARCA/MODELO:** FIAT SIENA 1.6, cor branca, ano de fabricação 2017, ano modelo 2018, flex, placas BBL 5283, chassi 9BD197VDTJ336119, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 31.336,20 (trinta e um mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte centavos);
- j. **MARCA/MODELO:** ÔNIBUS IVECO - FIAT CITYCLASS 70C17, cor amarela, ano de fabricação 2012, ano modelo 2013, diesel, placas AVU 7947, chassi 937L68C01D8441873, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 55.854,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais);
- k. **MARCA/MODELO:** PÁ CARREGADEIRA CATERPILLAR - CAT-0924K, cor amarela, ano de fabricação 2015, nº SÉRIE: 45001987, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais);
- l. **MARCA/MODELO:** RETROESCAVADEIRA RD 406 ADVANCED 4X4 T BCF, cor amarela, ano de fabricação 2017, CHASSI: 9AD406AQHH0006722, avaliado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis deste Município, nomeada pela Portaria nº 88/2025, que lhe atribuiu o valor mínimo de R\$ 99.500,00 (noventa e nove mil e quinhentos reais);


Art. 2º - A alienação deverá ser precedida de prévia avaliação, por uma Comissão de três membros, nomeada pela Portaria nº 88/2025 pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - O valor mínimo de alienação deverá atender o relatório da Comissão de Avaliação, podendo ser realizado o deságio de 10% (dez por cento) nos valores dos itens em caso de alienação infrutífera.


Art. 4º - Para as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir e/ou suplementar dotações orçamentárias, bem como a abrir crédito especial.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "MANOEL PERES FILHO" de Japurá, Estado do Paraná, em 27 de novembro de 2025.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CEP: 75 788 340/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ


PORTARIA N.º 298 / 2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER, FÉRIAS REGULAMENTARES À QUE TEM DIREITO O FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR WILLIAN FERREIRA SARDI, LOTADO NA DIVISÃO DE COMÉRCIO, CARGO EFETIVO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO, A PARTIR DE 27/11/2025 A 16/12/2025, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 30/12/2020 A 29/12/2021.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DEJAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 27 DE NOVEMBRO DE 2025.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000



Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363, Centro, CEP: 87225-000, Japurá-Paraná.
Fone: (44) 3635-1327, Fax: (44) 3635-1300 - E-mail: pmj@japurá.pr.gov.br e/ou licit@japurá@gmail.com
CNPJ: 75.788.349-0001-39

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO N.º 66/2025
Processo inexigibilidade N.º 8/2025

OBJETO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM ÁREA DE COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS PARA COMPOR O SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA, COM O OBJETIVO DE ANALISAR AS PROPOSTAS TÉCNICAS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA DA PREFEITURA DE JAPURÁ-PR

Passado o prazo recursal, torna-se publica a adjudicação do procedimento licitatório em epígrafe:


DI	ABERTO LOURENÇO DE OLIVEIRA	Produto/Serviço	Unid	Data	Preço	Preço Unit
1	2	PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOR SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA TRABALHOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA EM LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE	DESERV	1,00	861,86	861,86
		TOTAL				861,86

DI	DOUG POLIZZI	Produto/Serviço	Unid	Data	Preço	Preço Unit
1	3	PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOR SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA TRABALHOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA EM LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE	DESERV	1,00	861,86	861,86
		TOTAL				861,86

DI	ABERTO LOURENÇO DE OLIVEIRA	Produto/Serviço	Unid	Data	Preço	Preço Unit
1	1	PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOR SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA TRABALHOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA EM LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE	DESERV	1,00	861,86	861,86
		TOTAL				861,86

Japurá, 27/11/2025.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Japurá
Avenida Bolívar, 363, Centro, CEP: 87225-000, Japurá-Paraná.
Fone: (44) 3635-1327, Fax: (44) 3635-1300 - E-mail: pmj@japurá.pr.gov.br e/ou licit@japurá@gmail.com
CNPJ: 75.788.349-0001-39

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita do Município de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

HOMOLOGAR a Licitação nº. 66/2025, referente ao Processo Inexigibilidade nº. 8/2025, que foi devidamente apreciada pela Assessoria Jurídica e pela Comissão de Licitação, designada pela Senhora Prefeita Municipal, através da Portaria nº. 19/2025, conforme consta do Parecer Jurídico e termo de ata, devidamente lavrada em que fica(não) classificada(s) a(s) empresa(s) abaixo mencionada(s), nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº. 14.133/2021 e demais alterações, visando a EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM ÁREA DE COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS PARA COMPOR O SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA, COM O OBJETIVO DE ANALISAR AS PROPOSTAS TÉCNICAS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA DA PREFEITURA DE JAPURÁ-PR, sendo:

DI	ABERTO LOURENÇO DE OLIVEIRA	Produto/Serviço	Unid	Data	Preço	Preço Unit
1	2	PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOR SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA TRABALHOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA EM LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE	DESERV	1,00	861,86	861,86
		TOTAL				861,86

DI	DOUG POLIZZI	Produto/Serviço	Unid	Data	Preço	Preço Unit
1	3	PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOR SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA TRABALHOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA EM LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE	DESERV	1,00	861,86	861,86
		TOTAL				861,86


DI	ABERTO LOURENÇO DE OLIVEIRA	Produto/Serviço	Unid	Data	Preço	Preço Unit
1	1	PROFISSIONAL SORTEADO PARA COMPOR SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA TRABALHOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA EM LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE	DESERV	1,00	861,86	861,86
		TOTAL				861,86

A execução dos serviços será realizada, em conformidade com as especificações acima mencionadas, por um período de 6 meses, da assinatura do contrato.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a(s) proposta(s) vencedora(s), obedecidas as normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Japurá, 27/11/2025.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Fone: (44) 3635-1327 - CEP: 75 788 340/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ


PORTARIA N.º 299 / 2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER, FÉRIAS REGULAMENTARES À QUE TEM DIREITO A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL A SENHORA ANGELICA EVANGELISTA ROCHA, LOTADA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CARGO EFETIVO DE DIRETOR DE DIVISÃO, A PARTIR DE 06/11/2025 A 05/12/2025, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2024 A 31/12/2024.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DEJAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 27 DE NOVEMBRO DE 2025.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 202/2025 - PMSMP

O Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Paraná, nº 50, devidamente inscrita no CNPJ nº 80.909.617/0001-63, torna público o procedimento administrativo referente ao processo licitatório Pregão na forma Eletrônica Sistema Registro de Preços nº 88/2025 - PMSMP. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 25 de novembro de 2025.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO RECARGA E MANUTENÇÃO, COMPONENTES BEM COMO TESTES HIDROSTÁTICOS EM EXTINTORES, FORNECIMENTO DE EXTINTORES NOVOS, SUPORTES PARA FIXAÇÃO EM PAREDE E PISO, BEM COMO MATERIAIS DESTINADOS À SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA.

Licitante: EXTINTORES MARINGAENSE LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.981.877/0001-09, com sede na Avenida 19 de Dezembro, nº 357, Bairro: Zona 06, CEP: 84.285-000, Telefone (44) 3262-1351, no município de Maringá/PR.

Valor total: R\$ 1.649,70 (um mil e seiscentos e quarenta e nove reais e setenta centavos).

EXTINTORES MARINGAENSE LTDA

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo/Unidade	Quantidade	Preço	Preço total	
6	1	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO PQS 4 KILOS (ABC) RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO PQS 4 KILOS (ABC) COM GARANTIA??DE 12 MESES INCLUINDO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TODOS OS COMPONENTES NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EXTINTORES??	Serviço	UNID	30,00	54,99	1.649,70
TOTAL							

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 27 de novembro de 2025.

VITOR HUGO RODRIGUES
Prefeito Municipal
(Original assinado)



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - FONE: (44) 9 9114-3282 / (44) 9 9104-2521 / (44) 9 9148-2848
Site: www.saomaneldoparana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomaneldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 80.909.617/0001-63

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO: Nº 90/2025 – PMSMP

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27 de novembro de 2025.

CONTRATANTE: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Praça Paraná, nº 50, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.909.617/0001-63.

CONTRATADA: APARECIDO JOSÉ DOS SANTOS FISIOTERAPIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.858.939/0001-01, com sede na Avenida Brasil, nº 1840, Bairro: Centro, CEP: 87.800-000, Telefone (44) 99968-0997, no Município de Rondonópolis/PR.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUIROPRAXIA PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ.

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 34/2025 - PMSMP.


VALOR GLOBAL: R\$ 124.600,00 (Cento e vinte e quatro mil e seiscentos reais).

PRazo DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 27 de novembro de 2025.

VITOR HUGO RODRIGUES
Prefeito Municipal
(Original Assinado)



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - FONE: (44) 9 9114-3282 / (44) 9 9104-2521 / (44) 9 9148-2848
Site: www.saomaneldoparana.pr.gov.br e e-mail: compras@saomaneldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 80.909.617/0001-63

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 258/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2025

O Município de São Manoel do Paraná - Paraná, torna público a todos os interessados, que será realizado em 16/12/2025 às 08h00min (horário de Brasília), abertura da sessão pública, referente ao edital Pregão Eletrônico nº 101/2025 - PMSMP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE PEÇAS E EXECUÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA, COM SERVIÇOS DE MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM, PARA O PROJETO NATAL ILUMINADO 2025 NO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ/PR, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 0636/2025, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ – SETUIPR, conforme especificações constantes no Termo de Referência.


VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 81.308,56 (oitenta e um mil e trezentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação e Contratos desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município <http://www.saomaneldoparana.pr.gov.br/> e no site <https://www.bll.org.br>.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 27 de novembro de 2025.

VITOR HUGO RODRIGUES
Prefeito Municipal

ANDRESSA RODRIGUES BRUNHARA
Pregoeira



CICONOP
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.ciconop.com.br

Aviso de Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 01/2025

O Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná – CICONOP, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Excm. Presidente, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito na Rua Tiradentes, nº 84, Cianorte, Paraná—PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: Aquisição de monitor multiparamétrico e esteira ergométrica com sistema de eletrocardiografia digital e software, conforme especificações do Convênio nº212/2025 da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná. Credenciamento até 08h00min do dia 15 de dezembro de 2025 através do site www.bnc.org.br; o recebimento das propostas e habilitação até às 08h30min do dia 15 de dezembro de 2025; início da sessão às 08h30 min do dia 15 de dezembro de 2025; oferecimento de lances a partir das 09h00min do dia 15 de dezembro de 2025. O Edital e seus respectivos modelos, anexos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site www.bnc.org.br e deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: 44 3018-4200 / 3147-9290.

Cianorte, em 27 de novembro de 2025.

Marco Antonio Franzato
Presidente CICONOP
(Original assinado no processo)

Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
Rua Piratininga, 63 – CEP 87.200-163 – Cianorte – PR
Fone: (44) 3018-4200

MUNICÍPIO DE TERRA BOA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2025.

O MUNICÍPIO DE TERRA BOA, torna público que às 08:45 horas do dia 11/12/2025, na plataforma <https://bnc.org.br/>, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRazo
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	147 unidades	R\$ 445.356,00	180 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura <https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes> e na plataforma <https://bnc.org.br/>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Terra Boa, 27 de novembro de 2025.
Valter Peres - Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
SECRETARIA

DECRETO 7322/2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 1.967 de 19/12/2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.057,00 (cinco mil e cinquenta e sete e sete reais), na seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional Progra	Fuente	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
0875	08	002	1854100242028	01000	Manutenção das Atividades do Meio Ambiente	3.3.90.39	5.057,00
TOTAL							5.057,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado recurso proveniente do cancelamento parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:


Des	Org	Unid	Funcional Progra	Fuente	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
0369	06	002	1236100102014	01000	Manutenção das Atividades da Escola Municipal João Alves Siqueira	3.3.90.36	4.300,00
0483	06	004	1236500102016	01000	Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil - CMEI Sênio de Crispim	3.3.90.36	110,00
1175	10	006	103050092037	01000	Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica	3.3.90.39	97,16
1181	10	006	103050092037	01000	Manutenção das Atividades de Vigilância Epidemiológica	3.3.90.93	360,00
1201	10	009	1030300202040	01000	Transferências ao Conselho Intergestores Paraná Saúde	3.3.71.70	31,82
1202	10	009	1030300202040	01000	Transferências ao Conselho Intergestores Paraná Saúde	3.3.71.34	1,00
1203	10	009	1030300202040	01000	Transferências ao Conselho Intergestores Paraná Saúde	3.3.71.70	135,92
1205	10	009	1030300202040	01000	Transferências ao Conselho Intergestores Paraná Saúde	4.4.71.70	21,10
TOTAL							5.057,00

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2025 e no Plano Plurianual – PPA 2022/2025.


Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.
Jussara, 27 de novembro de 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.789.552/0001-20
Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família
Avenida Doutor Gasto Vógel, 685, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1301 – E-mail: Assistência@jussara.pr.gov.br



DECRETO Nº 7295/2025

SÚMULA: Criado o Comitê Interinstitucional de Elaboração, Implementação e acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Jussara-Paraná.

O Prefeito Municipal de Jussara, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Municipal Nº 1.982, de 23 de abril de 2025, para acompanhar e monitorar a execução das ações, metas e indicadores estabelecidos no Plano Municipal dos Direitos da Mulher.

DECRETA:

Art. 1.º. Fica criado o Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Mulher, composto por 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, indicados pelos representantes legais dos seguintes órgãos/instituições:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família
Titular: Gabriela Perez Nogueira
Suplente: Jussara Regina Barbosa

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Jéssica Batista Ribeiro
Suplente: Geovana Pereira Roes

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Luciana Duarte Souza
Suplente: Aline Barbosa da Silva Ferreira

Representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Trabalho, Emprego e Renda
Titular: Jéssica Costa Prado dos Santos
Suplente: Sandra Aparecida Marioto

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Representantes da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)
Titular: Luciana Franco
Suplente: Ana Carolina Zeneratti Rodrigues

Representante da AGRUCAMJU – Associação Grupo de Caminhada Pé na Estrada de Jussara
Titular: Maria Aparecida de Oliveira Souza
Suplente: Maria Aparecida Ribeiro

Representante do Grupo da Terceira Idade (Maioridade em Ação)
Titular: Vera Lucia Gonçalves Oliveira da Silva
Suplente: Zilda Brizzi Calhaz

Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
Titular: Lucilaine Rodrigues Lima da Costa
Suplente: Jessica Camila Lopes Furtado

Art. 2.º. O Comitê ora instituído será presidido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família responsável pela política de defesa dos direitos da mulher no município de Jussara-Pr.

Art. 3.º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Municipal dos Direitos da Mulher tem as seguintes atribuições:

I – elaborar o Plano Municipal dos Direitos da Mulher, incluindo ações, metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação, para aprovação do CMDM;

II – acompanhar a implementação do Plano Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 4.º. Todas as secretarias e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas setoriais que compõem a Política de Defesa dos Direitos da Mulher participante deste Comitê deverão subsidiar a equipe de apoio de elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Mulher, com informações e dados estatísticos que permitam traçar o diagnóstico da atual situação das mulheres do município de Jussara-Pr, dentro de suas atribuições.


Art. 5.º. O Comitê Interinstitucional para Elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Mulher apresentará à Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Decreto, deverá elaborar o texto preliminar do referido Plano, com todos os componentes recomendados, incluindo o Plano de Ação, com as atribuições de cada órgão/instituição envolvido.

Art. 6.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Jussara, 07 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA 347/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:


Art. 1.º. Designar a servidora Gabriela Perez Nogueira, inscrita no CPF nº 088.183.999-00, Matrícula Funcional nº 80.549, Cargo: Assistente Social, para atuar como Órgão Técnico de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinem às ações pertencentes ao Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2.º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob responsabilidade dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.


Art. 3.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO.
JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA 348/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1.º. Designar a servidora Gabriela Perez Nogueira, inscrita no CPF nº 088.183.999-00, Matrícula Funcional nº 80.549, Cargo: Assistente Social, para atuar como Fiscal de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinem às ações pertencentes ao Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.


Art. 2.º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob a fiscalização dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.

Art. 3.º. Compete à servidora designada no art. 1.º, exercer as atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização previstas nas normas aplicáveis às transferências voluntárias, bem como elaborar relatórios, registrar informações nos sistemas oficiais e adotar os demais procedimentos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições.


Art. 4.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO.
JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA 349/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:


Art. 1.º. Designar a servidora Lucilaine Rodrigues de Lima da Costa, inscrita no CPF nº 027.188.099-65, Matrícula Funcional nº 80.552, Cargo: Assistente Social, para atuar como Órgão Técnico de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinem às ações pertencentes ao Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2.º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob responsabilidade dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.


Art. 3.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO.
JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA 346/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1.º. Designar a servidora Lucilaine Rodrigues de Lima da Costa, inscrita no CPF nº 027.188.099-65, Matrícula Funcional nº 80.552, Cargo: Assistente Social, para atuar como Fiscal de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinem às ações pertencentes ao Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.


Art. 2.º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob a fiscalização dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.

Art. 3.º. Compete à servidora designada no art. 1.º, exercer as atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização previstas nas normas aplicáveis às transferências voluntárias, bem como elaborar relatórios, registrar informações nos sistemas oficiais e adotar os demais procedimentos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições.


Art. 4.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO.
JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA 345/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1.º. Designar a servidora Débora Ramos de Freitas Fávoro, inscrita no CPF nº 024.617.209-67, Matrícula Funcional nº 80.474, Cargo: Chefe da Divisão de Patrimônio e Almoarifado, para atuar como Fiscal de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinem às ações do CTR – Centro de Triagem e Reciclagem dos Resíduos Sólidos Urbanos, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.


Art. 2.º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob a fiscalização dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.

Art. 3.º. Compete à servidora designada no art. 1.º, exercer as atividades de acompanhamento, monitoramento e fiscalização previstas nas normas aplicáveis às transferências voluntárias, bem como elaborar relatórios, registrar informações nos sistemas oficiais e adotar os demais procedimentos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições.


Art. 4.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO.
JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA 350/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O INCISO IX DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:


Art. 1.º. Designar o servidor Valdeci Pereira Lima, inscrito no CPF nº 069.839.948-09, Matrícula Funcional nº 80.614, Cargo: Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Meio Ambiente, para atuar como Órgão Técnico de Transferência Voluntária, cujos objetos se destinem às ações do CTR – Centro de Triagem e Reciclagem dos Resíduos Sólidos Urbanos, do município de Jussara, exclusivamente nos novos contratos firmados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2.º. Fica estabelecido que os contratos atualmente vigentes, permanecerão sob a fiscalização dos servidores já designados, conforme portarias anteriores, não sendo objeto de alteração por este ato.


Art. 3.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO.
JUSSARA/PR., 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO ROMILDO RUFATO"
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 / E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



LEI nº 2.021, 26 de novembro de 2025.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ SUBSCRITORES, COM A FINALIDADE DE FORMALIZAR A CONSTITUIÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS AOS TERMOS DO REGIME PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº. 11.107/2005 E SUA REGULAMENTAÇÃO, VOLTADO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE-CIPS** aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2.º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3.º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.


Art. 4.º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato,
Em 26 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:70011125934
Assinado de forma digital por MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:70011125934
Data: 2025.11.27 15:17:12 -03'00'

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO ROMILDO RUFATO"
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 / E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



LEI nº 2.023, 26 de novembro de 2025.

AUTORIZA O EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE** de Jussara, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais)**, para atendimento/reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Fl.	Orç.	Unid.	Funcional	Programa	Fonte	Nomenclatura	Cat Econ	Valor
14	15	001	17.122.3000.2043	010706	Manutenção dos Serviços Administrativos	3.3.90.30.00.00	20.000,00	
17	15	001	17.122.3000.2043	010706	Manutenção dos Serviços Administrativos	4.4.90.30.00.00	20.000,00	
18	15	001	17.122.3000.2043	010706	Manutenção dos Serviços Administrativos	4.4.90.30.00.00	48.000,00	
33	15	001	17.512.3000.2043	010706	Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano	3.3.90.11.00.00	50.000,00	
43	15	001	17.512.3000.2043	010706	Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano	3.3.90.30.00.00	40.000,00	
53	15	001	17.512.3000.2043	010706	Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano	3.3.90.30.00.00	20.000,00	
56	15	001	17.512.3000.2043	010706	Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano	3.3.90.30.00.00	30.000,00	
TOTAL							228.000,00	

Art. 2.º Para cobertura dos créditos aberto no artigo anterior, serão utilizados os produtos do cancelamento total/parcial das seguintes dotações vigentes:

Fl.	Orç.	Unid.	Funcional	Programa	Fonte	Nomenclatura	Cat Econ	Valor
06	15	001	17.122.3000.2043	010706	Manutenção dos Serviços Administrativos	3.3.90.30.00.00	20.000,00	
09	15	001	17.122.3000.2043	010706	Manutenção dos Serviços Administrativos	3.3.90.14.00.00	8.000,00	
19	15	001	17.122.3000.2043	010706	Manutenção dos Serviços Administrativos	4.4.90.30.00.00	25.000,00	
20	15	001	17.122.3000.2043	010706	Manutenção dos Serviços Administrativos	4.4.90.30.00.00	50.000,00	

21	15	001	17.122.3000.2043	010706	Manutenção dos Serviços Administrativos	4.4.90.61.00.00	2.000,00
22	15	001	17.512.3000.1008	010706	Construção de Unidades de Captação, Elevação, Tratamento e Distribuição de Água - Rural	4.4.90.51.00.00	3.000,00
30	15	001	17.512.3000.1007	010706	Construção, Ampliação e Reforma de Edificações para a Administração	4.4.90.51.00.00	3.000,00
46	15	001	17.512.3000.2046	010706	Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto	3.3.90.11.00.00	5.000,00
58	15	001	17.512.3000.2051	010706	Manutenção da Gestão de Resíduos Sólidos	3.3.90.11.00.00	10.000,00
59	15	001	17.512.3000.2051	010706	Manutenção da Gestão de Resíduos Sólidos	3.3.90.13.00.00	10.000,00
62	15	001	17.512.3000.2051	010706	Manutenção da Gestão de Resíduos Sólidos	3.3.90.14.00.00	5.000,00
70	15	001	99.999.9999.9999	010706	Reserva de Contingência	9.9.99.99.00.00	85.000,00
TOTAL							228.000,00

* 01076 = Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente
* 01501 = Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente


Art. 3.º Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar/incluir as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária – LOA/2024, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/ 2025 e no Plano Plurianual – PPA 2022/2025.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato,
Em 26 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:70011125934
Assinado de forma digital por MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:70011125934
Data: 2025.11.27 15:16:24 -03'00'

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



DECRETO 7321/2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".


O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 2.022 de 26/11/2025.

DECRETA


Art. 1.º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.031.239,34 (um milhão, trinta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos), para atendimento das seguintes dotações orçamentárias:

Des	Org	Unid	Funcional	Programa	Fonte	Nomenclatura	Cat. Econ	Valor
27	02	002	0206100022002	01000	Manutenção das Atividades Jurídicas	3.3.90.46	108,00	
42	02	003	0412400022003	01000	Manutenção das Atividades de Controle Interno	3.3.90.46	36,00	
57	02	004	04122000212004	01000	Manutenção das Atividades de Serviços Auxiliares, Próprios e Arquivados	3.3.90.46	36,00	
98	03	001	0412200062005	01000	Manutenção das Atividades Administrativas	3.3.90.46	4.212,00	
101	03	001	0412200062005	01000	Manutenção das Atividades Administrativas	3.3.90.47	21.000,00	
108	03	001	0412200062005	01000	Manutenção das Atividades Administrativas	4.4.90.52	25.000,00	
136	03	003	0412200062007	01000	Manutenção das Atividades de Licitação, Compras, Patrimônio e Almoarifado	3.3.90.46	2.100,00	
152	03	004	0412300042008	01000	Manutenção das Atividades de Contabilidade e Finanças	3.3.90.46	216,00	
188	04	001	0412100182010	01000	Manutenção das Atividades de Planejamento, Orçamento, Economia e Gestão	3.3.90.46	1.800,00	
206	04	002	0412600022011	01000	Manutenção das Atividades de Tecnologia e Informática	3.3.90.46	22,58	
275	05	005	1545200032012	01000	Manutenção das Atividades dos Serviços	3.3.90.46	6.785,14	
317	06	001	12122001001013	01000	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	3.3.90.46	2.566,58	
375	06	002	1236100102014	01000	Manutenção das Atividades da Escola Municipal Júlia Alves Soares	3.3.90.46	1.321,09	
425	06	003	1236500102015	00103	Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil – CMEI Sertão do Cianorte	3.3.90.36	9.500,00	
427	06	003	1236500102015	01000	Manutenção das Atividades do Centro de Educação Infantil – CMEI Sertão do Cianorte	3.3.90.36	8.800,00	
434								

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
 Av. Princesa Isabel, nº 320
 CEP: 87.230-000
 E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
 CEPX: 75.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE

PORTARIA Nº 338/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,


RESOLVE:

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal senhora **LORENA MAIARA DE OLIVEIRA SILVA**, licença para tratamento de saúde de 15 (quinze) dias, no período de 05/11/2025 a 19/11/2025, conforme dispõe o Artigo 96, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019.


REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO

Aos 19 de novembro de 2025.



MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**
TRABALHO & FAMÍLIA 2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2025-PMU

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20.

CONTRATADA: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ nº 79.788.766/0025-00

OBJETO: AQUISIÇÃO DA MESA EDUCACIONAL INTERATIVA, CONFORME ESTABELECIDO NAS EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS Nº 12 E 13.

Período de vigência do contrato: 03 (três) meses.

VALOR GLOBAL: R\$ 59.815,84 (Cinquenta e nove mil, oitocentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Jussara-Pr. 27 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Nº 152-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como exaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitos do art. 71, inciso II, da Lei 14.133/21, termo público a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do objeto AQUISIÇÃO DA MESA EDUCACIONAL INTERATIVA, CONFORME ESTABELECIDO NAS EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS Nº 12 E 13, FOI REALIZADA POR MEIO DE ADESO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2025, PERTENCENTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAPNEBA – CODAP –, a favor das empresas:

- BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ nº 79.788.766/0025-00,

Valor total homologado: R\$ 59.815,84 (Cinquenta e nove mil, oitocentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Jussara-PR, 27 de novembro de 2025

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 222/2025-PMJ

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20.

CONTRATADA: TABORDA AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ: 61.629.289/0001-05

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 VEÍCULOS DE PASSEIO E 01 VAN, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE SERÃO CUSTEADOS COM RECURSOS ADVINDOS DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1699/2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 083/2025.

Período de vigência do contrato: 03 (três) meses.

VALOR GLOBAL: R\$ 228.990,00 (duzentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa reais).

Jussara-PR, 27 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2025-PMJ

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Isabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20.

CONTRATADA: SSBARCAR VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 35.445.821/0001-16

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 VEÍCULOS DE PASSEIO E 01 VAN, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE SERÃO CUSTEADOS COM RECURSOS ADVINDOS DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1699/2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 083/2025.

Período de vigência do contrato: 03 (três) meses.

VALOR GLOBAL: R\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais).

Jussara-PR, 27 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 223 - 2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 080-2025. Homologado em 27-11-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELAS INTERATIVAS EDUCACIONAIS DE 75" COM SUPORTE MÓVEL E RODÍZIOS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARTE DA REFERIDA AQUISIÇÃO SERÁ CUSTEADA POR MEIO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA Nº 02 E 03.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: GOVACIL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 41.886.613/0001-55

Valor total: R\$ 206.833,32 (duzentos e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).

Pago Municipal, 27 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 080-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como exaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitos do art. 71, inciso II, da Lei 14.133/21, termo público a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do objeto FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELAS INTERATIVAS EDUCACIONAIS DE 75" COM SUPORTE MÓVEL E RODÍZIOS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARTE DA REFERIDA AQUISIÇÃO SERÁ CUSTEADA POR MEIO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA Nº 02 E 03, a favor da empresa:

- GOVACIL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 41.886.613/0001-55, valor total: R\$ 206.833,32 (duzentos e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).

Valor total homologado: R\$ 206.833,32 (duzentos e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).

Jussara-PR, 27 de novembro de 2025

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 de 1

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO E DIGITAL Nº 153-2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91-2025 - PMJ
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS SEDEIADAS NA REGIÃO DA AMENORTE
CONFORME DECRETO Nº 7020/2025

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JUSSARA – PR – CNPJ nº 75.789.552/0001-20

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE TURÍSTICO, INCLUINDO SEGURO VIAGEM E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE PASSEIO TURÍSTICO COM OS IDOSOS DO GRUPO MAIORIDADE EM AÇÃO, INCENTIVADO PELO PROJETO VIAJE +60, CUSTEADOS COM RECURSOS DA DELIBERAÇÃO Nº 24/2023 E DA DELIBERAÇÃO Nº 34/2024 PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E BOLSAS PERSONALIZADAS A SEREM ENTREGUES AOS PARTICIPANTES.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R\$ 37.202,00 (TRINTA E SETE MIL, DUZENTOS E DOIS REAIS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 12/12/2025 às 09h (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:
Aberto

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:
Início de recebimento das propostas: 28 de novembro de 2025, a partir das 08h;

Cadastro de propostas no site: até às 08:30min do dia 12 de dezembro de 2025;

Início da disputa de Preços: 12 de dezembro de 2025, às 09h00min;

Cadastro de propostas iniciais e Disputa: <https://www.bnc.org.br> (acesso identificado).

Moacir Luiz Pereira Valentini
Prefeito Municipal

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO E DIGITAL Nº 153-2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91-2025 - PMJ
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS SEDEIADAS NA REGIÃO DA AMENORTE
CONFORME DECRETO Nº 7020/2025

Aplicação Lei nº 14.133/21.

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Jussara, Estado do Paraná, por meio do setor de licitações e contratos, sediado a Av. Princesa Isabel, 320, Centro, Jussara, Paraná, através de seu Agente de Contratação, realizará licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela lei complementar nº 147/2014, Decretos Municipais e do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, suas alterações e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATAS

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:
Início de recebimento das propostas: 28 de novembro de 2025, a partir das 08h;

Cadastro de propostas no site: até às 08:30min do dia 12 de dezembro de 2025;

Início da disputa de Preços: 12 de dezembro de 2025, às 09h00min;

Cadastro de propostas iniciais e Disputa: <https://www.bnc.org.br> (acesso identificado).

1 - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E DO MODO DE DISPUTA.
O objetivo da presente licitação é assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE TURÍSTICO, INCLUINDO SEGURO VIAGEM E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE PASSEIO TURÍSTICO COM OS IDOSOS DO GRUPO MAIORIDADE EM AÇÃO, INCENTIVADO PELO PROJETO VIAJE +60, CUSTEADOS COM RECURSOS DA DELIBERAÇÃO Nº 24/2023 E DA DELIBERAÇÃO Nº 34/2024 PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E BOLSAS PERSONALIZADAS A SEREM ENTREGUES AOS PARTICIPANTES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital.

1.1. O processo, em face da busca pela melhor proposta ao ente público, seguirá, no que couber pelas peculiaridades do objeto, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital e seus Anexos, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

1.2. O objeto é serviço comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, tudo conforme o estudo técnico preliminar presente na fase interna deste processo e disponível aos interessados.

1.3. A formalização da presente demanda, com a justificativa de contratação através do Pregão Eletrônico, foi aferida pelo órgão responsável pelo planejamento conforme fluxo interno e em consonância com o planejamento anual de contratações, tendo como o objetivo a racionalização das contratações, garantindo o alinhamento com o planejamento no que toca à elaboração das respectivas leis orçamentárias.

A licitação será por **MENOR PREÇO POR LOTE**.

O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital, Termo de Referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto, fixando-se procedimento de disputas autônomas de cada item em diferentes momentos do correr do procedimento licitatório.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.4. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

1459 - 07.001.08.241.0008.2.022.3.3.90.30.00.00 - 03965 - Material de Consumo
1315 - 07.001.08.241.0008.2.022.3.3.90.39.00.00 - 03972 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
I. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa Nacional de Compras**.
II. É vedada a participação de empresa em forma de consórcio ou grupos de empresas.
III. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pelo Município de Jussara PR, ou que estejam cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.
IV. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa Nacional de Compras**, até no mínimo **meia hora** antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
V. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos exigidos pela plataforma:
Instrumento particular de mandato outorgando a corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**.
Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**.
VI. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a **Bolsa Nacional de Compras**, provedora do sistema eletrônico, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.
VII. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um proponente, em cada Lote, neste Pregão realizado pelo Município de Jussara-PR, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

1.5. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

1.6. Conforme rigor da Lei Complementar 123/06, tendo em vista os valores aferidos esta licitação tem itens **EXCLUSIVOS PARA ME/EP/QUIPARADAS**.

1.7. Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

1.8. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, por não se tratar, de bens e serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica em conformidade com a explicação técnica presente neste Edital.

1.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

1.9.1. proibidos de participar de licitações e de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

1.9.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.9.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente judicialmente;

1.9.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.9.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, sendo que, no caso de empresa em recuperação judicial, será possível a sua participação, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que esteja apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da lei e em preservação da ampla concorrência, conforme o disposto no Acórdão nº 8.271/2011, 2ª Câmara do TCU.

1.9.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário.

1.10. Como condição para participação no Pregão, o licitante declarará, por meio eletrônico e por documento a ser inserido no processo conforme modelo Anexo IV deste edital que:

1.10.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 e 45;

1.10.1.1. nos itens, lotes ou grupos exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a falta de declaração ou de assentimento por meio eletrônico sobre sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte impedirá o prosseguimento no certame, no que toca a disputas destes itens ou lotes;

1.10.1.2. a pedido da empresa, em face dos acórdãos 2443/2021 e 1211/2021 do TCU, considerando a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte poder ter sido atendida pelo licitante, quando apresentou sua proposta, poderá ser avaliada a comprovação, por ajustada diligência, para o preservar do princípio da maior competitividade no encontro da melhor proposta;

1.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

1.10.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

1.10.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

1.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXII, da Constituição;

1.10.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

1.10.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

1.10.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos previstos em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

1.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.12. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

1.13. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

1.14. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

1.15. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

1.16. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

1.17. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

1.18. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1.19. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico e conforme o modelo (ANEXO II), constando os seguintes informes referentes aos campos:

1.19.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: **Valor unitário/lotes/marca/modelo/for e/ou caso**.

• O licitante terá que inserir na pasta de documentos a proposta inicial por escrito, timbrada com os dados da empresa e assinada (OBS: O pregoeiro só terá acesso a este documento na fase de habilitação o que não causará identificação prévia da empresa/licitante).

1.19.2. Descrição do objeto, contendo as informações à especificação do Termo de Referência;

1.19.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

1.21. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços.

1.22. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, salvo se a alegação de erro ou omissão for claramente grotesco, devendo se submeter a análise e aceitação do pedido pelo Pregoeiro, mediante imediata solicitação via chat.

1.23. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

2. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES E MODO DE DISPUTA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

2.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

2.3. Para a preservação da competitividade do certame, em respeito ao formalismo moderado, a pedido da empresa ou de ofício, poderá o pregoeiro promover diligências corrobóreas verificando erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica nos termos do artigo 17, VI do Decreto 10.024/19 e do artigo 12, III lei 14.133 de 2021.

2.3.1. Serão desclassificadas a proposta que identifique o licitante.

2.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes, atribuindo-se oportunidade oportuna de recorrer ao desclassificado, na forma da lei.

2.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

2.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

2.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

2.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

2.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo lote. Ou seja, pelo **MENOR PREÇO LOTE**.

2.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

2.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

2.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2 (dois) minutos.

MODO DE DISPUTA ABERTO

2.10. Será adotado para o envio de lances no sistema eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

2.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

2.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

2.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

2.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

2.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

2.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

2.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção de lances.

2.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

2.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

2.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

2.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

2.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

2.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

2.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não segundas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

2.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele estabelecido no art. 60 da Lei 14.133 de 2021.

2.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

2.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

2.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

2.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados (O prazo para anexar a proposta ajustada será definido pelo Pregoeiro na sessão da licitação conforme Objeto e quantidades de itens para garantir o bom andamento da licitação bem como ter razoabilidade de prazo para o licitante).

2.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

3. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

3.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

3.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdãos nº 1455/2018 e 601/2020), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inequívoco.

3.2.1. Considera-se inequívoco a proposta que apresente preços por lote ou unitários simbólicos, irracionais ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

3.2.2. A presunção de inequívocidade é relativa, nos termos do princípio do formalismo moderado, citado na Súmula 262 do TCU e lei 14.133/2021.

3.2.3. A inequívocidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

3.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

3.2.5. Se houver indícios de inequívocidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inequívocidade;

- b) verificação de Acordos, Convênios ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) presença em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e

3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

3.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

- 3.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;
- 3.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e por prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;
- 3.4.3. Nos termos dos Acórdãos 966/2022, 1211/2021 e 2443/2021 poderá o pregoeiro, quando suficiente e necessário para verificação da exequibilidade de uma proposta, promover, por diligência ou a pedido do concorrente, a admissão da juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

DA HABILITAÇÃO

3.5. Encerrada a etapa de negociação e aceitação da proposta, o Pregoeiro e sua equipe de apoio verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.conaj.jus.br/arquivos/edn/consultar_requeridos.php](http://conaj.jus.br/arquivos/edn/consultar_requeridos.php));

- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/jords/?tp=INABITUADO-CERTIDAO-03>) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. <https://cncap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>.

3.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

3.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

3.6.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação para promoção de explicações e defesas técnicas.

3.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

3.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

3.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

3.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

3.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

3.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.12.1. Se os documentos registrados de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertintes ao CND e ao CNF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

3.13. Habilitação Jurídica:

CONFORME TERMO DE REFERENCIA QUE ESTA EM ANEXO

3.14. Regularidade fiscal e trabalhista:

CONFORME TERMO DE REFERENCIA QUE ESTA EM ANEXO

3.15. Qualificação econômico-financeira:

CONFORME TERMO DE REFERENCIA QUE ESTA EM ANEXO

3.16. Qualificação Técnica:

CONFORME TERMO DE REFERENCIA QUE ESTA EM ANEXO

3.17. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.18. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

3.18.1. A declaração do vendedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

3.19. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

3.20. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

3.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

3.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

3.23. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

3.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

4. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

4.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada conforme solicitado pelo Pregoeiro durante a sessão no sistema eletrônico e deverá:

4.1.1. A proposta deve atender ao objetivo do procedimento licitatório, tendo como referência o MODELO presente no Anexo II deste Edital.

4.1.2. Ser redigida em língua portuguesa digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, pode utilizar assinatura digital.

4.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

4.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer de toda Contratação e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência.

4.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor por lote em algarismos e por extenso (art. 129, II da Lei nº 14.133/21).

4.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço por lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

4.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de uma opção, sob pena de desclassificação.

4.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

4.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

5. DOS RECURSOS

5.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no 20 (vinte) dias úteis para que qualquer licitante interessado recorra, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

5.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

5.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, a saber, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

5.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer importará a desistência de seu direito.

5.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.3. O acolhimento do recurso invalida tudo somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

6. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

6.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão reprocessados os atos anulados e os que dele dependam.

6.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

6.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

6.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

6.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta.

7. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

7.1. O objeto de licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

7.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

8. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual das bens fornecidas na presente contratação.

10. DO TERMO DE COMPROMISSO – ATA DE REGISTRO, CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Ata DE Registro, Contrato ou Nota de Empenho Conforme Prevê o Edital.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente, sob pena de decar do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico. Podendo se utilizar da assinatura digital.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

10.3.1. Referida Nota de Empenho está substituindo o contrato.

10.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

10.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Legislação aplicável a este, reconhecendo-se os direitos e os deveres reservados às partes, conforme o estabelecido.

10.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

10.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibido de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas segundo consulta prévia ao CADIN.

10.6. Sempre se oportunizará prazo para manifestação defensiva, em face da observância de alguma das ocorrências identificadas nos termos do item 16.5 deste Edital, fixando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, com prazo igual de resposta.

10.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante, durante a vigência do contrato.

10.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisar a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

10.9. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.9.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de RP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

10.9.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

10.9.3. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10.9.4. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

10.10. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

10.10.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou a sua capacidade de gerenciamento.

10.11. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.12. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

10.13. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 10.9.1.

DOS LIMITES PARA A ADESAO

10.14. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

10.15. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

10.16. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 10.14, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

11.1. Conceder-se-á, a alteração contratual para manutenção da exequibilidade do contrato, a depender das regras fixadas na presente licitação, quando requerido o reajustamento em sentido estrito, de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro.

11.2. A ausência dos pedidos nos prazos e segundo as formalidades legais acarretará em prejuízo administrativo do requerimento e em possível descumprimento do pleito de reequilíbrio com ou sem efeitos retroativos.

17.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro, por fato imprevisível ou previsível, mas de consequência insuperáveis, será dependente do seguimento exato dos lides firmados pela contratada privada, nos termos do exposto no Edital.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Os critérios de recebimento, aceitação e fiscalização estão previstos no TERMO DE REFERÊNCIA

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e Minuta de Ata/Contrato.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após entrega e liquidação da Nota Fiscal/Apólice de Seguro, devidamente atestada e aprovada pelos Departamentos/Setores requerente, observado o cumprimento integral das disposições contidas do objeto da licitação. O Pagamento ocorrerá através de Boleto Bancário.

14.1.1 No ato da entrega a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito: FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, TRABALHISTA e Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, com prazo vigente, afim de comprovar sua idoneidade.

14.2. Caso ocorra a qualquer tempo, a não aceitação do objeto e a não atestação de idoneidade da proponente, os pagamentos serão descontados e reiniciados após a correção necessária;

14.3. O Município atestará através do responsável pelo setor solicitante a aceitação do objeto da Apólice de Seguro, de forma física ou assinatura digital no prazo previsto, após a entrega das mesmas.

14.3.1 A CONTRATANTE disporá de 03 (três) dias para efetuar o atesto, ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Pelo atraso injustificado nos atendimentos as solicitações e Edital aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por ocorrência;
- b) Pelo não cumprimento de obrigação acessória: multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por falta cometida;

14.3. Pela inexecução total ou do Contrato, o Município de Jussara poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Licitante Contratada as seguintes sanções:

Advertência Escrita, quando se tratar, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no instrumento contratual ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao Município, desde que não caiba a aplicação mais grave. A advertência Escrita será enviada através de endereço eletrônico (email) que o licitante declarou como oficial na Declaração Unificada deste Processo e é de total responsabilidade do detentor, o acompanhamento da mesma por meio do seu email e também do portal transparente da Prefeitura de Jussara/PR. Esta Administração não efetua ligações telefônicas para confirmação de recebimento, estando assim toda responsabilidade por datas e prazos por parte da licitante;

Multas: a adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas:

a) Caberá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho na recusa da adjudicatária em retirar-la e/ou assinar o contrato, ficando a critério da Administração a aplicação concomitante da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de até 05 (cinco) anos;

b) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos objetos, a administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada.

c) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos objetos entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Município poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

d) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atraso, em qualquer outro prazo previsto no instrumento contratual, não abrangido pelas demais alíneas.

e) 30% (trinta por cento) sobre o valor do item, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantias estabelecido no contrato.

f) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução contratual com entrega superior a 50% (cinquenta por cento) do total do contrato.

g) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato – caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais – entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, ou os produtos forem entregues fora das especificações constantes no Edital, seus anexos e na proposta da Contratada.

I. Suspensão Temporária: de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

II. Declaração de Inidoneidade: para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado rescisar a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.4. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a proponente que deixar de entregar documentação exigida na licitação, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não manter a proposta ou lance, recusar-se a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da convocação no Diário Oficial do Município, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração bem como a exclusão do cadastro de fornecedores da Prefeitura de Jussara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta.

a) A inabilitação posterior da proponente classificada, implicará na aplicação de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor total da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

b) As proponentes ficam sujeitas às penas previstas no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras, sendo descontadas do pagamento devido ou cobradas administrativamente ou judicialmente.

d) As multas poderão ser descontadas do pagamento devido ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado.

14.5. O valor referente a qualquer multa aplicada a proponente contratada, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado junto ao Município de Jussara através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, ficando a Contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do referido documento.

a) O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber do Município de Jussara. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

b) Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 164 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos ali fixados.

c) Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Senhor Prefeito Municipal;

d) Não serão conhecidos os recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolada.

14.6. As multas de caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, junto ao Município de Jussara, decorrentes das infrações cometidas.

14.7. A importância correspondente à multa deverá ser recolhida à CONTRATANTE, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor será descontado das faturas a serem pagas.

Parágrafo único. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

a) A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes.
b) São obrigações da contratada para fornecimento de serviço.
I - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e no contrato.
II - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
III - Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
IV - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
V - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
VI - Manter atualizado os seus dados no Cadastro do Município de Jussara, conforme legislação vigente;
VII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
VIII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 104 da Lei Estadual nº 15.608, de 2007.

14. OBSERVAÇÕES GERAIS

Jessica Rogério Ferreira,
Secretária M. de Assistência Social e Segurança da Família.

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA INICIAL/FINAL (usar este modelo e identificar se é inicial e/ou final)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93ITEM-2025

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social: _____
CNPJ: _____ I.E.: _____
Endereço: _____ UF: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ Telefone: _____
(____) _____ E-mail: _____ Conta Bancária: _____
Banco _____ Ag: _____ Conta Corrente: _____ Responsável pela empresa: _____
CPF: _____ Cargo do responsável: _____

*Declaramos ter ciência de que caso minha conta bancária não seja banco público será emitido boleto bancário para cada Nota Fiscal conforme Notas de Empenho.

À Prefeitura Municipal de Jussara -PR, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº -2025, conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
1					

VALOR POR LOTE DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas. A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

Cidade, Dia do Mês do Ano de 2025.

Assinatura do representante legal: _____

Nome do representante legal: _____

Cargo/função do representante legal na sessão: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, e disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16(dezesseis) anos. Ressalva ainda, que caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seus ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____, e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador), responsável pela assinatura do Contrato.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mails de contato para cada setor responsável pelo Ato desta Contratação:

Emails: _____
Telefones para contato: (____) _____

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intímado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob n.º _____ (cargo na empresa), para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao referido Pregão Eletrônico e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Cidade, _____ de _____ de 2025

Nome do representante Legal e Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data e até o último exercício financeiro, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1.º do Decreto nº 8.538/2015.

Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cidade, _____ de _____ de 2025

Nome do representante Legal e Assinatura

ANEXO V MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA (modelo disponibilizado pela AGU)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º _____

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) na cidade de inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de 202.., publicada no de de portador da matrícula funcional nº considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202.., publicada no de/...../202.., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(s)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº/20..... ou (do Aviso da Contratação Direta nº, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrados especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigido no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor Unitário ou validade
X							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. (Além do gerenciador, não há [ou] São) órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir o primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do gerenciador, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação, e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o Item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo

de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

[illegible]

	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIADUT E SERVIÇOS URBANOS - SEVISA	
	11.003	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS - DESEER	
15.442.0002.2.154	3.1.90.11.00.00	Manutenção de Equipamentos de Serviço Individual - DESEER	
	0001	VENGIMENTO DE VANTAGENS FISCAIS - PESSOAL CIVIL	
	0002	Pessoas Jurídicas	390.000,00
	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIADUT E SERVIÇOS URBANOS - SEVISA	
	11.003	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS - DESEER	
15.442.0002.2.154	3.3.90.38.00.00	Manutenção de Equipamentos de Serviço Individual - DESEER	
	0001	CUTIMOS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	0002	Pessoas Jurídicas	90.000,00
	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIADUT E SERVIÇOS URBANOS - SEVISA	
	11.003	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS - DESEER	
15.442.0002.2.154	3.3.90.38.00.00	Manutenção de Equipamentos de Serviço Individual - DESEER	
	0001	MATERIAL DE CONSUMO	
	0002	Pessoas Jurídicas	39.000,00
	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIADUT E SERVIÇOS URBANOS - SEVISA	
	11.003	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS - DESEER	
15.442.0002.2.154	3.3.90.38.00.00	Manutenção de Equipamentos de Serviço Individual - DESEER	
	0001	CUTIMOS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	0002	Pessoas Jurídicas	90.000,00

§ 2º - Excesso de Arrecadação verificado no exercício na seguinte receita:

1.7.1.5.2.2.1.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE AO FUNDEB VAAF - PRINCIPAL R\$ 90.000,00

Art. 3º Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolsos os seguintes valores como segue:


Alterações Adicionais das Cotas de Receita:		
FONTE	MÊS	VALOR R\$
1040	Novembro	90.000,00

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolsos:


FONTE	MÊS	VALOR R\$
1040	Novembro	90.000,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "ANTÔNIO ARCINI DA SILVA", DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, Aos 25 (VINTE E CINCO) dias do mês de NOVEMBRO do ano de 2015.



JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL



JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

§ 3º A redução de jornada estabelecida nos incisos do "caput" alcançará os servidores detentores de cargos efetivos, comissionados e temporários.

§ 4º Os servidores em redução de jornada deverão ficar à disposição do Município e se apresentar de imediato se convocados para o serviço.

§ 5º A redução de jornada só se aplica a servidores municipais com carga horária de 40 horas semanais, devendo os servidores municipais com carga horária semanal de 20 horas e 30 horas cumprirem sua carga horária integral.

§ 6º Na excepcionalidade da necessidade de realização de horas extraordinárias, as quais deverão ser autorizadas e justificadas, estas serão contadas a partir da 8ª hora de trabalho diário.

§ 7º Não se incluem nos horários estabelecidos nos incisos deste artigo os serviços essenciais, de serviços de coleta de lixo e serviços de limpeza pública, os quais deverão cumprir horários já estabelecidos.

§ 8º Não se incluem nos horários estabelecidos nos incisos deste artigo os serviços essenciais de vigilância (Função de vigia).


§ 9º Os servidores municipais com carga horária reduzida de 6 horas diárias deverão cumprir a jornada em período integral, com apenas um intervalo de 15 minutos.

Art. 2º - A redução de jornada estabelecida neste Decreto não acarretará redução salarial e ao final, no retorno a jornada integral não acarretará aumento salarial, ficando determinado a inalterabilidade salarial em razão da jornada.

Art. 3º - Fica determinado o encaminhamento de cópia do presente Decreto a todos os titulares das secretarias e órgãos municipais, mediante ciência desta.

Art. 3º Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 14 de novembro de 2025.

Pago Municipal "Manoel Peres Filho" de Jaquirá, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de novembro de 2025.


ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avencida Belfiore Nº 363, Centro, Jaquirá/PR - CEP 87225-600

[illegible]


GUAPOREMA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Par. 88 - Telêrnia (Rua 44) 3684 2266 / 3684 3270
CNPJ 07810-000 - CNPJ/ME 75.378.844/0001-79
e-mail: gpguaporema@gmail.com.br

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
CONTRATO Nº 42/2025
Processo Inscrigibilidade Nº 870/25

Data da assinatura: 25/11/2025.

Partes: MUNICÍPIO DE GUAPOREMA e a empresa APARECIDA COL - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIO E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA/PR.

Valor: R\$= 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Fornecedores: a prazo


Prazo de Execução: 365 dias

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha - Pr.


Guaporé, 25 de novembro de 2025.




Gilberto Cavallini
Prefeito Municipal

<div>  <div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ</div> <div>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</div> <div>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS</div> <div>ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</div> <div>SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025</div> </div> </div>									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a")									
Página: 1 / 2									
RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)		
			No bimestre	% (a/c)	Até o bimestre	% (a/c)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.222.096,01	42.118.103,28	9.822.192,78	18,48	27.832.629,90	61,07	24.183.473,78		
RECEITAS CORRENTES	40.918.096,01	40.288.821,30	8.883.188,17	17,43	26.268.868,40	73,89	12.080.273,88		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE IMPOSTOS	3.003.300,00	3.337.073,89	618.433,89	18,86	3.138.379,23	94,28	188.643,76		
TAXAS	389.800,00	431.210,89	73.818,83	18,92	390.438,34	100,00	40.371,55		
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRIBUIÇÕES	688.000,00	718.000,00	109.800,00	14,50	680.800,00	81,84	64.568,28		
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	688.000,00	718.000,00	109.800,00	14,50	680.800,00	81,84	64.568,28		
RECEITA PATRIMONIAL	717.000,00	747.428,83	182.423,81	25,44	711.738,71	98,00	28.870,21		
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
VALORES MOBILIÁRIOS	717.000,00	747.428,83	182.423,81	25,44	711.738,71	98,00	28.870,21		
DELIÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEMAS RECEITAS PATRIMONIAIS	12.000,00	12.000,00	28.738	2,39	11.772,18	10,57	18.227,81		
RECEITA ASOCIACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA ASOCIACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00	2.374,13	4,48	28.828,18	68,28	23.171,86		
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	12.000,00	12.000,00	2.374,13	4,48	28.828,18	68,28	23.171,86		
SERVIÇOS E ATIVIDADES REPERTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SERVIÇOS E ATIVIDADES REPERTE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	874,84	87,48	128,16		
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.438.786,01	41.387.378,39	7.138.820,07	17,25	28.849.091,18	71,82	11.788.327,28		
TRANSFERÊNCIAS DA UNÃO E DE	18.888.338,00	23.877.307,41	6.037.813,38	25,07	18.209.098,08	79,84	5.668.209,38		
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	10.887.028,83	11.818.378,88	1.337.237,84	11,92	7.248.808,81	66,82	4.270.471,08		
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	3.000,00	7.830,00	260,00	40.874,10	1.362,80	(37.874,10)		
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	8.800.428,08	8.800.428,08	7.981.818,04	12,18	4.183.373,07	70,38	1.787.388,01		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEMAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.289,00	0,00	23.888,42	0,00	(21.888,42)		
MULTAS ADMINISTRATIVAS, INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	0,00	0,00	1.382,18	0,00	(1.382,18)		
RENTES, JUROS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEMAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.289,00	0,00	12.384,88	0,00	(12.384,88)		
RECEITAS DE CAPITAL	308.000,00	18.828.282,98	1.889.020,07	9,97	3.888.081,08	23,29	12.143.199,90		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIEÇÃO DE BENS	180.000,00	288.000,00	0,00	0,00	382.477,80	158,79	(138.477,80)		
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00		
ALIEÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	88.000,00	0,00	0,00	382.477,80	434,66	(382.477,80)		
ALIEÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	188.000,00	18.828.282,98	1.889.020,07	10,07	3.388.803,18	21,20	12.388.877,83		
TRANSFERÊNCIAS DA UNÃO E DE	188.000,00	1.828.000,00	1.828.000,00	84,38	1.828.000,00	84,38	288.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	0,00	13.718.282,98	28.828,84	0,21	1.307.828,77	9,48	12.681.841,21		
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)		
			No bimestre	% (a/c)	Até o bimestre	% (a/c)			
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEMAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESSGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEMAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	41.222.096,01	42.118.103,28	9.822.192,78	18,48	27.832.629,90	61,07	24.183.473,78		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	41.222.096,01	42.118.103,28	9.822.192,78	18,48	27.832.629,90	61,07	24.183.473,78		
DEPÓSITO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL COM DEPÓSITO (VII) = (V + VI)	41.222.096,01	42.118.103,28	9.822.192,78	18,48	27.832.629,90	61,07	24.183.473,78		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.780.883,00	0,00	0,00	2.780.883,00	100,00	0,00		
RECURSOS APLICADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	2.780.883,00	0,00	0,00	2.780.883,00	100,00	0,00		

<div>  <div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ</div> <div>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</div> <div>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</div> <div>ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</div> <div>SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025</div> </div> </div>									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a") e									
Página: 1 / 1									
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)		
			No bimestre	% (a/c)	Até o bimestre	% (a/c)			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEPÓSITO (IV)	3.631.320,55	4.151.520,55	603.152,65	2,82	2.812.103,10	77,44	0,00		
TOTAL (V) = (III + IV)	3.631.320,55	4.151.520,55	603.152,65	14,53	2.812.103,10	67,74	0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025									
Página: 1 / 1									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b")									
DESPESAS	Dotação inicial (I)	Dotação atualizada (II)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (I) - (a - b)	Despesa paga até o bimestre (c)	
			No bimestre	Até o bimestre (f)	No bimestre	Até o bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VI)	36.318.465,79	59.344.033,84	9.491.612,89	35.338.033,83	24.006.002,01	7.511.738,82	31.287.203,89	26.956.631,95	31.287.432,08
DESPESAS CORRENTES	34.902.132,47	38.280.062,52	8.884.201,06	28.973.954,05	9.306.108,47	6.186.432,18	28.501.417,38	27.401.002,07	27.401.002,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.083.398,15	20.240.398,15	3.069.490,76	15.900.523,90	4.445.874,24	3.075.485,04	15.899.845,17	4.456.552,98	15.875.347,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	202.000,00	277.000,00	65.861,40	288.910,45	9.089,05	65.861,40	258.910,45	18.089,95	258.910,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.616.734,32	17.658.664,37	2.749.089,90	12.814.519,70	4.842.144,87	3.045.265,74	12.352.661,76	5.504.002,61	11.267.394,51
DESPESAS DE CAPITAL	867.000,00	20.534.640,00	3.607.411,83	3.604.078,78	14.170.960,22	1.326.306,64	3.865.785,51	16.648.855,49	3.865.785,51
INVESTIMENTOS	482.000,00	19.365.640,00	3.368.897,83	5.944.527,77	14.021.111,23	1.116.792,74	2.866.235,50	16.498.404,50	2.866.235,50
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	1.164.000,00	208.513,90	1.019.551,01	144.448,99	208.513,90	1.019.551,01	144.448,99	1.019.551,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	520.333,32	520.333,32	0,00	520.333,32	0,00	520.333,32	0,00	520.333,32	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X)	3.631.320,55	4.151.020,00	603.152,65	2.812.103,10	1.338.417,45	603.152,65	2.812.103,10	1.338.417,45	2.774.478,28
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VI + X)	39.949.786,34	63.495.053,39	10.094.765,54	38.150.136,93	25.345.419,46	8.114.891,47	35.195.308,99	28.296.249,40	34.061.917,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XI) = (X + XI)	39.949.786,34	63.495.053,39	10.094.765,54	38.150.136,93	25.345.419,46	8.114.891,47	35.195.308,99	28.296.249,40	34.061.917,86
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XII)	1.273.306,67	-0,00	0,00	0,00	0,00	1.807.300,72	2.733.322,51	(2.733.322,51)	3.870.711,64
TOTAL COM SUPERÁVIT (XII) = (XI + XII)	41.222.093,01	63.495.053,39	10.094.765,54	38.150.136,93	25.345.419,46	9.922.192,19	37.932.629,90	25.562.926,89	37.932.629,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA


ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

RREO - Anexo 1 (RF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b")

Página: 1 / 1

DESPESAS	Dotação inicial (a)	Dotação atualizada (b)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (d) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (f) = (d-e)	Despesa paga até o bimestre (g)	
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (e)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	68.958.690,49	83.137.358,47	12.913.386,54	57.015.215,97	26.122.142,90	11.114.012,78	51.749.350,54	31.388.007,03	49.536.860,31	
DESPESAS CORRENTES	55.212.127,47	8.485.011,26	4.455.181,47	45.655.181,47	12.643.393,47	8.550.344,98	44.797.798,11	13.434.706,36	42.991.825,63	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.537.748,19	28.686.656,29	4.357.050,00	21.605.756,00	7.981.840,20	4.357.550,00	21.055.616,00	7.862.289,26	21.055.616,00	
JURISDICÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.707.902,22	23.507.022,22	37.705,16	198.958,82	34.944,06	37.705,16	198.958,82	34.944,20	198.958,82	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.789.751,63	29.109.994,19	4.074.172,82	23.363.466,18	4.746.526,01	4.984.586,72	23.563.223,29	5.526.770,80	21.787.250,81	
DESPESAS DE CAPITAL	14.223.955,05	24.124.852,00	4.044.467,48	11.468.034,57	12.678.817,43	2.524.667,82	6.961.552,15	17.163.299,57	6.645.034,68	
INVESTIMENTOS	13.451.161,85	23.458.060,21	3.914.560,04	10.810.004,18	12.646.050,03	2.394.763,38	6.325.522,54	17.132.036,17	5.909.004,29	
INVERSIÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	778.791,79	666.791,79	129.904,44	636.030,39	36.761,40	129.904,44	636.030,39	30.761,40	636.030,39	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	68.958.690,49	83.137.358,47	12.913.386,54	57.015.215,97	26.122.142,90	11.114.012,78	51.749.350,54	31.388.007,03	49.536.860,31	
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	68.958.690,49	83.137.358,47	12.913.386,54	57.015.215,97	26.122.142,90	11.114.012,78	51.749.350,54	31.388.007,03	49.536.860,31	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUPERÁVUI (XIII)	1.396.399,59	0,00	2.375.596,40	0,00	0,00	3.774.982,16	2.581.832,64	(2.581.832,64)	4.744.382,77	
TOTAL COM SUPERÁVUI (XIV) = (XIII + XIV)	7.055.098,46	83.137.358,47	14.888.984,94	57.015.215,97	26.122.142,90	14.888.984,94	54.331.183,08	28.806.154,39	54.331.183,08	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÂO JOÃO DEL-REI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2025

Página: 1 / 1

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, art. 12)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL	
		Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00	
Provisões de PPP	0,00	0,00	
Outros Passivos	0,00	0,00	
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	
Garantias Concedidas	0,00	0,00	
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-											
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	49.355.387,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LÍQUIDE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

Página: 1 / 4

RECITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Anexo 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	6.862.714,37	6.798.844,59
1.1- Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	444.361,72	404.149,79
1.2- Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITR	1.189.122,03	1.089.809,42
1.3- Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.394.899,37	2.394.439,79
1.4- Receita resultante do imposto de renda sobre a fonte - IRPF	1.869.939,19	1.869.769,62
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	46.009.808,99	30.709.377,32
2.1- Cota-parte FPM	22.629.962,93	16.764.389,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.257.938,93	15.263.867,94
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.372.024,00	1.500.521,99
2.2- Cota-parte ICMS	10.326.821,05	10.326.826,07
2.3- Cota-parte IP-Estado	128.373,84	161.060,00
2.4- Cota-parte ITR	1.481.000,00	1.263.967,99
2.5- Cota-parte IPVA	3.917.649,02	2.023.449,99
2.6- Cota-parte IOF-Cruze	0,00	0,00
2.7- Complementações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	54.872.523,36	37.108.221,97
3.1- FONTE: IMPOSTO + SEM APLICAÇÃO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB (1.1.1 + 1.1.2 + 1.1.3 + 1.1.4 + 1.1.5 + 1.1.6 + 1.1.7 + 1.1.8 + 1.1.9 + 1.1.10 + 1.1.11 + 1.1.12 + 1.1.13 + 1.1.14 + 1.1.15 + 1.1.16 + 1.1.17 + 1.1.18 + 1.1.19 + 1.1.20 + 1.1.21 + 1.1.22 + 1.1.23 + 1.1.24 + 1.1.25 + 1.1.26 + 1.1.27 + 1.1.28 + 1.1.29 + 1.1.30 + 1.1.31 + 1.1.32 + 1.1.33 + 1.1.34 + 1.1.35 + 1.1.36 + 1.1.37 + 1.1.38 + 1.1.39 + 1.1.40 + 1.1.41 + 1.1.42 + 1.1.43 + 1.1.44 + 1.1.45 + 1.1.46 + 1.1.47 + 1.1.48 + 1.1.49 + 1.1.50 + 1.1.51 + 1.1.52 + 1.1.53 + 1.1.54 + 1.1.55 + 1.1.56 + 1.1.57 + 1.1.58 + 1.1.59 + 1.1.60 + 1.1.61 + 1.1.62 + 1.1.63 + 1.1.64 + 1.1.65 + 1.1.66 + 1.1.67 + 1.1.68 + 1.1.69 + 1.1.70 + 1.1.71 + 1.1.72 + 1.1.73 + 1.1.74 + 1.1.75 + 1.1.76 + 1.1.77 + 1.1.78 + 1.1.79 + 1.1.80 + 1.1.81 + 1.1.82 + 1.1.83 + 1.1.84 + 1.1.85 + 1.1.86 + 1.1.87 + 1.1.88 + 1.1.89 + 1.1.90 + 1.1.91 + 1.1.92 + 1.1.93 + 1.1.94 + 1.1.95 + 1.1.96 + 1.1.97 + 1.1.98 + 1.1.99 + 1.1.100 + 1.1.101 + 1.1.102 + 1.1.103 + 1.1.104 + 1.1.105 + 1.1.106 + 1.1.107 + 1.1.108 + 1.1.109 + 1.1.110 + 1.1.111 + 1.1.112 + 1.1.113 + 1.1.114 + 1.1.115 + 1.1.116 + 1.1.117 + 1.1.118 + 1.1.119 + 1.1.120 + 1.1.121 + 1.1.122 + 1.1.123 + 1.1.124 + 1.1.125 + 1.1.126 + 1.1.127 + 1.1.128 + 1.1.129 + 1.1.130 + 1.1.131 + 1.1.132 + 1.1.133 + 1.1.134 + 1.1.135 + 1.1.136 + 1.1.137 + 1.1.138 + 1.1.139 + 1.1.140 + 1.1.141 + 1.1.142 + 1.1.143 + 1.1.144 + 1.1.145 + 1.1.146 + 1.1.147 + 1.1.148 + 1.1.149 + 1.1.150 + 1.1.151 + 1.1.152 + 1.1.153 + 1.1.154 + 1.1.155 + 1.1.156 + 1.1.157 + 1.1.158 + 1.1.159 + 1.1.160 + 1.1.161 + 1.1.162 + 1.1.163 + 1.1.164 + 1.1.165 + 1.1.166 + 1.1.167 + 1.1.168 + 1.1.169 + 1.1.170 + 1.1.171 + 1.1.172 + 1.1.173 + 1.1.174 + 1.1.175 + 1.1.176 + 1.1.177 + 1.1.178 + 1.1.179 + 1.1.180 + 1.1.181 + 1.1.182 + 1.1.183 + 1.1.184 + 1.1.185 + 1.1.186 + 1.1.187 + 1.1.188 + 1.1.189 + 1.1.190 + 1.1.191 + 1.1.192 + 1.1.193 + 1.1.194 + 1.1.195 + 1.1.196 + 1.1.197 + 1.1.198 + 1.1.199 + 1.1.200 + 1.1.201 + 1.1.202 + 1.1.203 + 1.1.204 + 1.1.205 + 1.1.206 + 1.1.207 + 1.1.208 + 1.1.209 + 1.1.210 + 1.1.211 + 1.1.212 + 1.1.213 + 1.1.214 + 1.1.215 + 1.1.216 + 1.1.217 + 1.1.218 + 1.1.219 + 1.1.220 + 1.1.221 + 1.1.222 + 1.1.223 + 1.1.224 + 1.1.225 + 1.1.226 + 1.1.227 + 1.1.228 + 1.1.229 + 1.1.230 + 1.1.231 + 1.1.232 + 1.1.233 + 1.1.234 + 1.1.235 + 1.1.236 + 1.1.237 + 1.1.238 + 1.1.239 + 1.1.240 + 1.1.241 + 1.1.242 + 1.1.243 + 1.1.244 + 1.1.245 + 1.1.246 + 1.1.247 + 1.1.248 + 1.1.249 + 1.1.250 + 1.1.251 + 1.1.252 + 1.1.253 + 1.1.254 + 1.1.255 + 1.1.256 + 1.1.257 + 1.1.258 + 1.1.259 + 1.1.260 + 1.1.261 + 1.1.262 + 1.1.263 + 1.1.264 + 1.1.265 + 1.1.266 + 1.1.267 + 1.1.268 + 1.1.269 + 1.1.270 + 1.1.271 + 1.1.272 + 1.1.273 + 1.1.274 + 1.1.275 + 1.1.276 + 1.1.277 + 1.1.278 + 1.1.279 + 1.1.280 + 1.1.281 + 1.1.282 + 1.1.283 + 1.1.284 + 1.1.285 + 1.1.286 + 1.1.287 + 1.1.288 + 1.1.289 + 1.1.290 + 1.1.291 + 1.1.292 + 1.1.293 + 1.1.294 + 1.1.295 + 1.1.296 + 1.1.297 + 1.1.298 + 1.1.299 + 1.1.300 + 1.1.301 + 1.1.302 + 1.1.303 + 1.1.304 + 1.1.305 + 1.1.306 + 1.1.307 + 1.1.308 + 1.1.309 + 1.1.310 + 1.1.311 + 1.1.312 + 1.1.313 + 1.1.314 + 1.1.315 + 1.1.316 + 1.1.317 + 1.1.318 + 1.1.319 + 1.1.320 + 1.1.321 + 1.1.322 + 1.1.323 + 1.1.324 + 1.1.325 + 1.1.326 + 1.1.327 + 1.1.328 + 1.1.329 + 1.1.330 + 1.1.331 + 1.1.332 + 1.1.333 + 1.1.334 + 1.1.335 + 1.1.336 + 1.1.337 + 1.1.338 + 1.1.339 + 1.1.340 + 1.1.341 + 1.1.342 + 1.1.343 + 1.1.344 + 1.1.345 + 1.1.346 + 1.1.347 + 1.1.348 + 1.1.349 + 1.1.350 + 1.1.351 + 1.1.352 + 1.1.353 + 1.1.354 + 1.1.355 + 1.1.356 + 1.1.357 + 1.1.358 + 1.1.359 + 1.1.360 + 1.1.361 + 1.1.362 + 1.1.363 + 1.1.364 + 1.1.365 + 1.1.366 + 1.1.367 + 1.1.368 + 1.1.369 + 1.1.370 + 1.1.371 + 1.1.372 + 1.1.373 + 1.1.374 + 1.1.375 + 1.1.376 + 1.1.377 + 1.1.378 + 1.1.379 + 1.1.380 + 1.1.381 + 1.1.382 + 1.1.383 + 1.1.384 + 1.1.385 + 1.1.386 + 1.1.387 + 1.1.388 + 1.1.389 + 1.1.390 + 1.1.391 + 1.1.392 + 1.1.393 + 1.1.394 + 1.1.395 + 1.1.396 + 1.1.397 + 1.1.398 + 1.1.399 + 1.1.400 + 1.1.401 + 1.1.402 + 1.1.403 + 1.1.404 + 1.1.405 + 1.1.406 + 1.1.407 + 1.1.408 + 1.1.409 + 1.1.410 + 1.1.411 + 1.1.412 + 1.1.413 + 1.1.414 + 1.1.415 + 1.1.416 + 1.1.417 + 1.1.418 + 1.1.419 + 1.1.420 + 1.1.421 + 1.1.422 + 1.1.423 + 1.1.424 + 1.1.425 + 1.1.426 + 1.1.427 + 1.1.428 + 1.1.429 + 1.1.430 + 1.1.431 + 1.1.432 + 1.1.433 + 1.1.434 + 1.1.435 + 1.1.436 + 1.1.437 + 1.1.438 + 1.1.439 + 1.1.440 + 1.1.441 + 1.1.442 + 1.1.443 + 1.1.444 + 1.1.445 + 1.1.446 + 1.1.447 + 1.1.448 + 1.1.449 + 1.1.450 + 1.1.451 + 1.1.452 + 1.1.453 + 1.1.454 + 1.1.455 + 1.1.456 + 1.1.457 + 1.1.458 + 1.1.459 + 1.1.460 + 1.1.461 + 1.1.462 + 1.1.463 + 1.1.464 + 1.1.465 + 1.1.466 + 1.1.467 + 1.1.468 + 1.1.469 + 1.1.470 + 1.1.471 + 1.1.472 + 1.1.473 + 1.1.474 + 1.1.475 + 1.1.476 + 1.1.477 + 1.1.478 + 1.1.479 + 1.1.480 + 1.1.481 + 1.1.482 + 1.1.483 + 1.1.484 + 1.1.485 + 1.1.486 + 1.1.487 + 1.1.488 + 1.1.489 + 1.1.490 + 1.1.491 + 1.1.492 + 1.1.493 + 1.1.494 + 1.1.495 + 1.1.496 + 1.1.497 + 1.1.498 + 1.1.499 + 1.1.500 + 1.1.501 + 1.1.502 + 1.1.503 + 1.1.504 + 1.1.505 + 1.1.506 + 1.1.507 + 1.1.508 + 1.1.509 + 1.1.510 + 1.1.511 + 1.1.512 + 1.1.513 + 1.1.514 + 1.1.515 + 1.1.516 + 1.1.517 + 1.1.518 + 1.1.519 + 1.1.520 + 1.1.521 + 1.1.522 + 1.1.523 + 1.1.524 + 1.1.525 + 1.1.526 + 1.1.527 + 1.1.528 + 1.1.529 + 1.1.530 + 1.1.531 + 1.1.532 + 1.1.533 + 1.1.534 + 1.1.535 + 1.1.536 + 1.1.537 + 1.1.538 + 1.1.539 + 1.1.540 + 1.1.541 + 1.1.542 + 1.1.543 + 1.1.544 + 1.1.545 + 1.1.546 + 1.1.547 + 1.1.548 + 1.1.549 + 1.1.550 + 1.1.551 + 1.1.552 + 1.1.553 + 1.1.554 + 1.1.555 + 1.1.556 + 1.1.557 + 1.1.558 + 1.1.559 + 1.1.560 + 1.1.561 + 1.1.562 + 1.1.563 + 1.1.564 + 1.1.565 + 1.1.566 + 1.1.567 + 1.1.568 + 1.1.569 + 1.1.570 + 1.1.571 + 1.1.572 + 1.1.573 + 1.1.574 + 1.1.575 + 1.1.576 + 1.1.577 + 1.1.578 + 1.1.579 + 1.1.580 + 1.1.581 + 1.1.582 + 1.1.583 + 1.1.584 + 1.1.585 + 1.1.586 + 1.1.587 + 1.1.588 + 1.1.589 + 1.1.590 + 1.1.591 + 1.1.592 + 1.1.593 + 1.1.594 + 1.1.595 + 1.1.596 + 1.1.597 + 1.1.598 + 1.1.599 + 1.1.600 + 1.1.601 + 1.1.602 + 1.1.603 + 1.1.604 + 1.1.605 + 1.1.606 + 1.1.607 + 1.1.608 + 1.1.609 + 1.1.610 + 1.1.611 + 1.1.612 + 1.1.613 + 1.1.614 + 1.1.615 + 1.1.616 + 1.1.617 + 1.1.618 + 1.1.619 + 1.1.620 + 1.1.621 + 1.1.622 + 1.1.623 + 1.1.624 + 1.1.625 + 1.1.626 + 1.1.627 + 1.1.628 + 1.1.629 + 1.1.630 + 1.1.631 + 1.1.632 + 1.1.633 + 1.1.634 + 1.1.635 + 1.1.636 + 1.1.637 + 1.1.638 + 1.1.639 + 1.1.640 + 1.1.641 + 1.1.642 + 1.1.643 + 1.1.644 + 1.1.645 + 1.1.646 + 1.1.647 + 1.1.648 + 1.1.649 + 1.1.650 + 1.1.651 + 1.1.652 + 1.1.653 + 1.1.654 + 1.1.655 + 1.1.656 + 1.1.657 + 1.1.658 + 1.1.659 + 1.1.660 + 1.1.661 + 1.1.662 + 1.1.663 + 1.1.664 + 1.1.665 + 1.1.666 + 1.1.667 + 1.1.668 + 1.1.669 + 1.1.670 + 1.1.671 + 1.1.672 + 1.1.673 + 1.1.674 + 1.1.675 + 1.1.676 + 1.1.677 + 1.1.678 + 1.1.679 + 1.1.680 + 1.1.681 + 1.1.682 + 1.1.683 + 1.1.684 + 1.1.685 + 1.1.686 + 1.1.687 + 1.1.688 + 1.1.689 + 1.1.690 + 1.1.691 + 1.1.692 + 1.1.693 + 1.1.694 + 1.1.695 + 1.1.696 + 1.1.697 + 1.1.698 + 1.1.699 + 1.1.700 + 1.1.701 + 1.1.702 + 1.1.703 + 1.1.704 + 1.1.705 + 1.1.706 + 1.1.707 + 1.1.708 + 1.1.709 + 1.1.710 + 1.1.711 + 1.1.712 + 1.1.713 + 1.1.714 + 1.1.715 + 1.1.716 + 1.1.717 + 1.1.718 + 1.1.719 + 1.1.720 + 1.1.721 + 1.1.722 + 1.1.723 + 1.1.724 + 1.1.725 + 1.1.726 + 1.1.727 + 1.1.728 + 1.1.729 + 1.1.730 + 1.1.731 + 1.1.732 + 1.1.733 + 1.1.734 + 1.1.735 + 1.1.736 + 1.1.737 + 1.1.738 + 1.1.739 + 1.1.740 + 1.1.741 + 1.1.742 + 1.1.743 + 1.1.744 + 1.1.745 + 1.1.746 + 1.1.747 + 1.1.748 + 1.1.749 + 1.1.750 + 1.1.751 + 1.1.752 + 1.1.753 + 1.1.754 + 1.1.755 + 1.1.756 + 1.1.757 + 1.1.758 + 1.1.759 + 1.1.760 + 1.1.761 + 1.1.762 + 1.1.763 + 1.1.764 + 1.1.765 + 1.1.766 + 1.1.767 + 1.1.768 + 1.1.769 + 1.1.770 + 1.1.771 + 1.1.772 + 1.1.773 + 1.1.774 + 1.1.775 + 1.1.776 + 1.1.777 + 1.1.778 + 1.1.779 + 1.1.780 + 1.1.781 + 1.1.782 + 1.1.783 + 1.1.784 + 1.1.785 + 1.1.786 + 1.1.787 + 1.1.788 + 1.1.789 + 1.1.790 + 1.1.791 + 1.1.792 + 1.1.793 + 1.1.794 + 1.1.795 + 1.1.796 + 1.1.797 + 1.1.798 + 1.1.799 + 1.1.800 + 1.1.801 + 1.1.802 + 1.1.803 + 1.1.804 + 1.1.805 + 1.1.806 + 1.1.807 + 1.1.808 + 1.1.809 + 1.1.810 + 1.1.811 + 1.1.812 + 1.1.813 + 1.1.814 + 1.1.815 + 1.1.816 + 1.1.817 + 1.1.818 + 1.1.819 + 1.1.820 + 1.1.821 + 1.1.822 + 1.1.823 + 1.1.824 + 1.1.825 + 1.1.826 + 1.1.827 + 1.1.828 + 1.1.829 + 1.1.830 + 1.1.831 + 1.1.832 + 1.1.833 + 1.1.834 + 1.1.835 + 1.1.836 + 1.1.837 + 1.1.838 + 1.1.839 + 1.1.840 + 1.1.841 + 1.1.842 + 1.1.843 + 1.1.844 + 1.1.845 + 1.1.846 + 1.1.847 + 1.1.848 + 1.1.849 + 1.1.850 + 1.1.851 + 1.1.852 + 1.1.853 + 1.1.854 + 1.1.855 + 1.1.856 + 1.1.857 + 1.1.858 + 1.1.859 + 1.1.860 + 1.1.861 + 1.1.862 + 1.1.863 + 1.1.864 + 1.1.865 + 1.1.866 + 1.1.867 + 1.1.868 + 1.1.869 + 1.1.870 + 1.1.871 + 1.1.872 + 1.1.873 + 1.1.874 + 1.1.875 + 1.1.876 + 1.1.877 + 1.1.878 + 1.1.879 + 1.1.880 + 1.1.881 + 1.1.882 + 1.1.883 + 1.1.884 + 1.1.885 + 1.1.886 + 1.1.887 + 1.1.888 + 1.1.889 + 1.1.890 + 1.1.891 + 1.1.892 + 1.1.893 + 1.1.894 + 1.1.895 + 1.1.896 + 1.1.897 + 1.1.898 + 1.1.899 + 1.1.900 + 1.1.901 + 1.1.902 + 1.1.903 + 1.1.904 + 1.1.905 + 1.1.906 + 1.1.907 + 1.1.908 + 1.1.909 + 1.1.910 + 1.1.911 + 1.1.912 + 1.1.913 + 1.1.914 + 1.1.915 + 1.1.916 + 1.1.917 + 1.1.918 + 1.1.919 + 1.1.920 + 1.1.921 + 1.1.922 + 1.1.923 + 1.1.924 + 1.1.925 + 1.1.926 + 1.1.927 + 1.1.928 + 1.1.929 + 1.1.930 + 1.1.931 + 1.1.932 + 1.1.933 + 1.1.934 + 1.1.935 + 1.1.936 + 1.1.937 + 1.1.938 + 1.1.939 + 1.1.940 + 1.1.941 + 1.1.942 + 1.1.943 + 1.1.944 + 1.1.945 + 1.1.946 + 1.1.947 + 1.1.948 + 1.1.949 + 1.1.950 + 1.1.951 + 1.1.952 + 1.1.953 + 1.1.954 + 1.1.955 + 1.1.956 + 1.1.957 + 1.1.958 + 1.1.959 + 1.1.960 + 1.1.961 + 1.1.962 + 1.1.963 + 1.1.964 + 1.1.965 + 1.1.966 + 1.1.967 + 1.1.968 + 1.1.969 + 1.1.970 + 1.1.971 + 1.1.972 + 1.1.973 + 1.1.974 + 1.1.975 + 1.1.976 + 1.1.977 + 1.1.978 + 1.1.979 + 1.1.980 + 1.1.981 + 1.1.982 + 1.1.983 + 1.1.984 + 1.1.985 + 1.1.986 + 1.1.987 + 1.1.988 + 1.1.989 + 1.1.990 + 1.1.991 + 1.1.992 + 1.1.993 + 1.1.994 + 1.1.995 + 1.1.996 + 1.1.997 + 1.1.998 + 1.1.999 + 1.200	3.270.308,97	

FUNDES		
RECITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até o Bimestre (b)
8- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.971.607,12	7.279.899,99
8.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.862.728,83	6.862.867,37
8.1.1- Principal	8.862.728,83	6.862.867,37
8.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	46.036,61
8.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundo	0,00	0,00
8.2- FUNDEB - Complementação da União - VUAF	0,00	0,00
8.2.1- Principal	0,00	0,00
8.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
8.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundo	0,00	0,00
8.3- FUNDEB - Complementação da União - VUAF	709.200,00	161.804,33
8.3.1- Principal	709.200,00	161.804,33
8.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
8.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundo	0,00	0,00
8.4- FUNDEB - Complementação da União - VUAF	420.479,29	469.899,29
8.4.1- Principal	420.479,29	469.899,29
8.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
8.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundo	0,00	0,00
9- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (8.1.1 - 8.1)	1.389.878,29	796.226,57

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		Valor
9- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		219.272,89
9.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIORMENTE ANTERIOR		219.272,89
9.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (9.1 + 9.2)		219.272,89

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	RECEITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	10.081.889,87	7.434.732,08	7.430.172,08	7.417.329,79	4.960,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.879.871,33	6.809.481,23	6.809.481,23	6.809.481,23	0,00
10.1.1- Educação Infantil	8.879.871,33	6.809.481,23	6.809.481,23	6.809.481,23	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	3.289.270,14	2.394.290,29	2.394.290,29	2.394.290,29	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025

Página: 1 / 2

PERÍO - Janeiro 1 (2025), Até: 30, Índice 1, Atividade "1"

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(II)	Receitas realizadas				Saldo a receber (II - I)
			Mês corrente	% (2025)	Até o corrente	% (2025)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	70.888.080,48	80.867.886,83	74.888.884,84	78,48	84.337.783,08	87,44	28.230.973,84
RECEITAS CORRENTES	68.388.200,47	68.784.738,00	70.620.878,38	77,77	48.728.873,88	77,20	13.804.264,01
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	6.878.477,78	7.878.862,78	7.888.882,38	78,88	8.747.888,87	88,87	1.877.283,27
IMPOSTOS	6.800.288,00	6.800.774,00	7.747.888,08	78,88	8.788.888,88	88,88	1.988.788,78
TAXAS	888.788,88	888.788,88	43.888,88	7,88	278.887,42	88,84	178.887,88
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	228.000,00	228.000,00	400,00	0,18	8.747,84	2,72	278.882,88
CONTRIBUIÇÕES	1.487.788,78	1.800.083,78	380.878,88	12,08	1.788.387,88	78,28	370.732,28
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	1.487.788,78	1.800.083,78	380.878,88	12,08	1.788.387,88	78,28	370.732,28
RECEITA PATRIMÔNIAL	788.880,00	288.777,88	108.840,80	48,12	888.884,32	288,87	(430.888,77)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	788.880,00	288.777,88	108.840,80	48,12	888.884,32	288,87	(430.888,77)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA ACRÉSCIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA ACRÉSCIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	88.427,32	178.883,32	8.888,88	3,88	188.888,88	88,88	20.888,72
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	88.427,32	88.427,32	8.888,88	7,88	87.877,88	87,87	4.888,72
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	178.883,32	0,00	0,00	188.888,88	88,88	78.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	67.807.088,83	80.708.274,84	8.888.438,88	18,18	27.888.732,14	78,88	12.288.488,88
TRANSFERÊNCIAS DA UNÃO E DE	28.428.000,83	28.772.884,32	8.888.888,88	27,78	18.888.782,88	74,87	8.888.371,23
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	13.830.288,88	14.887.887,88	2.888.382,88	14,00	11.288.877,38	77,88	3.288.288,81
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	8.888.728,83	8.888.728,83	1.238.832,88	13,88	8.888.887,88	74,72	2.238.730,87
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.807,87	87,37	2.000,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	78.000,00	88.878,88	38.888,84	28,30	182.214,80	182,84	(2.388,28)
MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	0,00	3.782,01	0,00	4.888,08	0,00	(4.888,08)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	8.807,30	0,00	0,00	8.807,30	0,00	(8.807,30)
RENT. DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	78.000,00	88.878,88	78.308,73	78,48	87.888,84	88,88	7.717,12
RECEITAS DE CAPITAL	14.288.880,01	20.797.888,83	4.288.378,88	28,30	18.887.388,08	88,38	12.288.248,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	328.000,00	778.388,00	0,00	0,00	778.388,00	100,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	328.000,00	778.388,00	0,00	0,00	778.388,00	100,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.878.880,01	19.887.370,83	4.288.378,88	22,38	17.888.887,08	88,18	11.888.248,83
TRANSFERÊNCIAS DA UNÃO E DE	818.000,00	1.808.000,00	388.000,00	28,34	388.000,00	28,34	1.712.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	12.067.880,01	17.878.370,83	3.878.378,88	22,00	17.888.887,08	88,37	10.887.348,83
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(II)	Receitas realizadas				Saldo a receber (II - I)
			Mês corrente	% (2025)	Até o corrente	% (2025)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESCATOS DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I)+(II)	70.888.080,48	80.867.886,83	74.888.884,84	78,48	84.337.783,08	87,44	28.230.973,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	70.888.080,48	80.867.886,83	74.888.884,84	78,48	84.337.783,08	87,44	28.230.973,84
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	70.888.080,48	80.867.886,83	74.888.884,84	78,48	84.337.783,08	87,44	28.230.973,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.873.487,88	0,00	0,00	4.873.487,88	100,00	0,00
RECURSOS AFUNDADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	4.873.487,88	0,00	0,00	4.873.487,88	100,00	0,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
 Avenida Paraná 102 - Centro
 Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87600-000
 CNPJ 75.360.071/0001-69



GOVERNO QUE TRANSFORMA
 "O PARANÁ QUE A LUTA FAZ
 DIFERENÇA"

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2025
PREGÃO Nº 70/2025

Partes: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa **SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Objeto: presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

Valor: R\$ 3.536,38 (Três Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Trinta e Nove Centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias dos seguintes órgãos da Administração Municipal:

ORÇAO	NOME - UNID	
10.01	SECRETARIA DE SAUDE	DIVISAO DE SAUDE PUBLICA
10.02	SECRETARIA DE SAUDE	DIVISAO DE VIGILANCIA SANITARIA

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Furo: da Comarca de Cidade Guaiçá – Pr.

Data da assinatura: 13/11/2025.

Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.

Aline da Silva Almeida
 Secretária de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Foneix (44) 3872-1232 e 3872-1283 - Fax: 3872-1122 - CEP 87600-000
CNPJ 75.380.874/0001-68



GOVERNO QUE TRANSFORMA
"O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA"
www.parana.gov.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2025

PREGÃO Nº 70/2025

Partes: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa OUIROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Objeto: presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

Valor: R\$ 843,78 (Oitocentos e Quarenta e Três Reais e Setenta e Oito Centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias dos seguintes órgãos da Administração Municipal:

ORÇAO	NOME - UNID	
10.01	SECRETARIA DE SAUDE	DIVISAO DE SAUDE PUBLICA
10.02	SECRETARIA DE SAUDE	DIVISAO DE VIGILANCIA SANITARIA

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Furo: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.


Data da assinatura: 13/11/2025.

Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.

Aline da Silva Almeida
Secretária de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
 Avenida Paraná 105 - Centro
 Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
 CNPJ 75.380.071/0001-68



GOVERNO QUE TRANSFORMA
 "O MELHOR DOS DOIS MUNDOS"
 GOVERNAR É SERVIR

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 95/2025
Pregão nº 69/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a TENDAS LIMA ESTRUTURAS EM ALUMINIOS PARA EVENTOS LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para locação de estrutura visando a realização do evento "Agro Rondon Farm Show 2025", em comemoração ao 71º aniversário desta municipalidade, compreendendo serviço de organização e realização de rodeio, locação de estrutura de ferragens (arena, arquibancadas e camarotes), sanitários químicos, som e iluminação, tendas, geradores, ambulâncias, brigadistas, entre outros.**

Valor: R\$ 97.500,00 (Noventa e Sete Mil e Quinhentos Reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologação o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta de recursos do tesouro nacional, recursos estaduais e recursos livres municipais do orçamento vigente, através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

UNFUNDAC	SUB-FUN	PROG.	DEST.	PROJ.	AT.	NOME PROJ.	CAT. ECON.	
0901	13	392	04	2	30	Manutenção dos Processos Culturais	3.3.90.39.12.00	LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
0901	13	392	04	2	30	Manutenção dos Processos Culturais	3.3.90.39.05.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Duração: O presente contrato terá duração até o dia 25/03/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.113/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 26/11/2025.


Rondon – Pr, 26 de novembro de 2025.

Roberto Aparecido Corredato
 Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 555 - Centro
Fones (044) 3072-1122 e 3072-1285 - Fax: 3072-1122 - CEP 87600-000
CNPJ 75.360.071/0001-68



GOVERNO QUE TRANSFORMA
"O MUNICÍPIO É O CENTRO" GOVERNADOR CARLOS CRISTIANE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 98/2025

Pregão nº 69/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a BR PRODUCOES E ORGANIZACOES LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para locação de estrutura visando a realização do evento "Ago Rondon Farm Show 2025", em comemoração ao 71º aniversário deste município, compreendendo serviço de organização e realização de rodeio, locação de estrutura de ferragens (arena, arquibancadas e camarotes), sanitários químicos, som e iluminação, tendas, geradores, ambulâncias, brigadistas, entre outros.**

Valor: R\$ 26.450,00 (Vinte e Seis Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta de recursos do tesouro nacional, recursos estaduais e recursos livres municipais do orçamento vigente, através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(ria):

FUNCAOASI-B-FUNPROGDES-FUNPROJ-AUTONOME-PROJ-AL					CAT. ECON			
0901	13	392	04	2	30	Manutenção dos Processos Culturais	3.3.90.39.12.00	LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
0901	13	392	04	2	30	Manutenção dos Processos Culturais	3.3.90.39.05.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 25/03/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha - Pr.

Data da assinatura: 26/11/2025.

Rondon - Pr, 26 de novembro de 2025.

Roberto Aparecido Ceredato
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66



GOVERNO QUE TRANSFORMA
"O futuro está a frente" do Brasil

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 91/2025
Dispensa por Limite nº 49/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a empresa VJ SAUDE LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para locação de ambulâncias com condutor socorrista, técnico de enfermagem e equipamentos necessários conforme descritiva técnica, para executar os serviços no evento “Agro Rondon Farm Show 2025”, a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de dezembro, em comemoração ao 71º aniversário deste município.

Valor: R\$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/ serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria representante.

Dotação Orçamentária: As despesas com o fornecimento(s) do(s) objeto(s) serão financiadas com recursos próprios da seguinte dotação orçamentária: **09.001.13.392.0004-2030.3.3.90.39.05.00.**

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 23/03/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 24/11/2025.

Rondon – Pr, 24 de novembro de 2025.

Roberto Aparecido Corredato

Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66



GOVERNO QUE TRANSFORMA
"O futuro está a frente" do Brasil

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2025
PREGÃO Nº 70/2025

Partes: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa LIDER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELI.

Objeto: presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

Valor: R\$ 682,29 (Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Vinte e Nove Centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias dos seguintes órgãos da Administração Municipal:

ORGÃO	NOME - UNID	
10.01	SECRETARIA DE SAÚDE	DIVISAO DE SAÚDE PÚBLICA
10.02	SECRETARIA DE SAÚDE	DIVISAO DE VIGILANCIA SANITÁRIA

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 13/11/2025.

Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.

Aline da Silva Almeida

Secretária de Saúde



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66



GOVERNO QUE TRANSFORMA
"O futuro está a frente" do Brasil

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 101/2025
Pregão nº 69/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a ANGEL EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para locação de estrutura visando a realização do evento “Agro Rondon Farm Show 2025”, em comemoração ao 71º aniversário deste município, compreendendo serviço de organização e realização de rodéo, locação de estrutura de ferragens (arena, arquibancadas e camarotes), sanitários químicos, som e iluminação, tendas, geradores, ambulâncias, brigadistas, entre outros.

Valor: R\$ 10.389,98 (Dez Mil, Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta de recursos do tesouro nacional, recursos estaduais e recursos livres municipais do orçamento vigente, através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

UNF	FN	AC	LS	FI	UNPROJ	DESE	PROJ	AT	NOME PROJ	AT	CAT.	ECON	
0901	13	392	04	2	30		Manutenção Cultural	dos	Processos		3.3.90.39.12.00		LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
0901	13	392	04	2	30		Manutenção Cultural	dos	Processos		3.3.90.39.05.00		SERVIÇOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS

Duração: O Presente contrato terá duração até o dia 25/03/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 26/11/2025.

Rondon – Pr, 26 de novembro de 2025.

Roberto Aparecido Corredato

Prefeito Municipal

